8º ENCONTRO LUSO-ESPANHOL
DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

CONCLUSÕES

A primeira conclusão é que a troca de experiências entre o que se faz em Espanha e em Portugal é sempre útil, não só pela análise comparativa mas também pelos contactos que se estabelecem e que esperamos que se concretizem em projectos comuns.

Foi entendido desde o princípio, pela DGLB, que a problemática dos DIREITOS DE AUTOR era matéria de interesse para todos os bibliotecários, particularmente para os portugueses, dado que nos encontramos numa fase de transição cujas consequências não conhecemos bem, mas com as quais vamos ter que trabalhar. Para além do histórico desta problemática, que nem sempre é fácil de deslindar até porque se trata de matéria essencialmente jurídica, e mais ainda de âmbito comunitário, as comunicações apresentadas foram particularmente úteis pela definição de conceitos como direito de autor, direito de comodato, propriedade intelectual, aluguer ou empréstimo.
Relativamente à situação nacional foi referido que em Abril de 2008 foi aprovada legislação que isenta do pagamento da remuneração devida pelo empréstimo público, as bibliotecas públicas, escolares e universitárias. No entanto, essa legislação terá ainda que ser aprovada pela Comissão Europeia.

No que respeita à COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA a primeira conclusão é que ela é praticamente inexistente, apesar de alguns contactos entre bibliotecários, mas que por razões várias não resultaram em projectos sustentados e continuados. Existe a vontade e mesmo algumas iniciativas por parte de algumas bibliotecas raianas mas existe um longo caminho a percorrer para que projectos comuns neste domínio possam vir a ser desenvolvidos e eventualmente financiados por dinheiros do QREN. A realização de jornadas regionais de âmbito ibérico, propostas pelo nosso colega da Biblioteca de Huelva, pode ser um bom começo para a tão desejada cooperação.

Apesar das diferenças entre a REDE DE BIBLIOTECAS DE BARCELONA e a REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS PORTUGUESAS (RNBP), existem alguns aspectos comuns. Para além do investimento na criação de infra-estruturas, da qual a DGLB pode legitimamente orgulhar-se, há que trabalhar na área do desenvolvimento de serviços, o que não passa necessariamente por mais ajudas financeiras. A RNBP deve continuar a apostar na

construção e instalação de bibliotecas, mas deve também apostar fortemente no desenvolvimento de serviços, aproveitando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. O PORTAL DA REDE DE CONHECIMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS (RCBP), apresentado formalmente pela primeira vez, e os serviços aí disponibilizados são um exemplo dessa orientação que se pretende vir a desenvolver.

É hoje consensual a necessidade de partilha de recursos e serviços entre as BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES. O apoio das bibliotecas públicas às escolares concretiza-se essencialmente através do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE).
A Rede de Bibliotecas Escolares conta actualmente com 2000 bibliotecas, estando prevista para o final de 2008, a integração de todas as escolas na Rede, à excepção das do 1º ciclo do ensino básico.
Foi sugerido pela Directora do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, como tema para futura reflexão, a possibilidade de em concelhos rurais de pequena dimensão a biblioteca escolar vir a funcionar também como biblioteca pública.

Relativamente ao painel PROMOÇÃO DA LEITURA, foi apresentado o Plano Espanhol de Fomento da Leitura, desenvolvido em duas fases e muito vocacionado para o público infantil. Para além dos objectivos e medidas de acção foi ainda referida a importância do envolvimento dos meios de comunicação social para o sucesso alcançado. O orçamento do Ministério da Cultura espanhol para o Plano foi, em 2007, € 50 000 000. Tal montante, como o de outros programas espanhóis na nossa área de trabalho, deixa bem ver a desproporção de meios entre os nossos congéneres e as instituições portuguesas.
Referiu-se ainda a importância da monitorização do Plano, que no caso espanhol é realizada pelo Observatório do Livro e da Leitura.
No que respeita ao Plano Nacional da Leitura português, a sua Comissária apresentou as orientações estratégicas e referiu que o público-alvo são as crianças e jovens em meio escolar, uma vez que se pretende criar hábitos de leitura na população jovem. Relativamente à monitorização e avaliação do Plano, no 1º ano, foi a mesma efectuada pelo ISCTE.
A este propósito cabe referir, embora não tenha sido focado por nenhum dos oradores, que a actividade da leitura não se esgota no livro. Para além do suporte papel existem hoje novas formas de leitura em diferentes suportes que exigem competências linguísticas por parte da população em geral e para as quais há que trabalhar; é o que estão já a fazer as Bibliotecas da RNBP.
Por último foi apresentado o Programa de Promoção da Leitura da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, programa anterior à criação do Plano Nacional de Leitura e que se destina essencialmente às bibliotecas públicas e por conseguinte à população em geral. Para além dos programas propriamente ditos foram apresentados dados relativos à sua execução que evidenciaram o investimento que tem sido feito e a aposta na descentralização das actividades.

Cabe ainda uma palavra para salientar a frequência assídua e interessada dos muitos bibliotecários presentes, os quais aproveitaram o Encontro para reforçar entre si contactos, e para aprofundar as relações com os técnicos da DGLB que acompanham o seu trabalho. Estes profissionais sentem a necessidade de troca de ideias e de experiências – e o lugar privilegiado para esse efeito são os Encontros, nacionais ou regionais.

Ficaram mais claros os campos em que é possível reforçar as relações com os nossos congéneres espanhóis. Cabe agora às duas partes desenvolver as acções que permitam concretizar os domínios em que tal parece possível, nomeadamente no que se refere à cooperação transfronteiriça.

A relatora

MARGARIDA OLEIRO
Directora de Serviços de Bibliotecas
Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas
30 de Maio de 2008